A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: "OS ANOS DE CHUMBO" (1969-1974)

Janaína Gomes da Silva[1]
Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes[2]

RESUMO
Este trabalho faz parte do projeto de iniciação científica, intitulado a *Ditadura Militar na Paraíba: "Os anos de chumbo"(1969-1974)*, sendo o desenvolvimento do plano *A sociedade civil e a Ditadura Militar na Paraíba: trabalhadores, estudantes e Igreja*. Neste trabalho específico almejamos investigar a atuação da Igreja Católica no Estado paraibano sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, em face da Ditadura instaurada no País em 1964, através de um golpe civil-militar. Nos propomos a pesquisar o período dos "anos de chumbo" por ser a época mais tensa e repressora do Regime Militar brasileiro, no qual constata-se o recrudescimento da luta armada, das práticas de tortura e o aniquilamento dos focos de resistência pelo governo de Garrastazu Médici. Esta pesquisa se coloca no campo da Nova História Política e seu diálogo com a História Cultural. Além disso, utilizamos o conceito de cultura política por entender que ele nos auxilia na compreensão da realidade social, englobando as relações de poder com as relações sociais. As principais fontes de pesquisa são: os jornais de circulação da época, o Dossiê do Regime Militar que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, os documentos do SNI e ampla revisão bibliográfica acerca do período. Nosso objetivo é analisar o comportamento da ala progressista da Igreja Católica em relação a Ditadura no Estado paraibano. Buscamos também explanar os principais aspectos dos "anos de chumbo", situando o Estado na conjuntura nacional, e ressaltando os efeitos nefastos do Ato Institucional n°5.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Igreja Católica; "Os anos de chumbo".

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC – intitulado a *Ditadura Militar na Paraíba: "Os anos de chumbo"(1969-1974)*, a partir do desenvolvimento do Plano *A sociedade civil e a Ditadura Militar na Paraíba: trabalhadores, estudantes e Igreja*. Neste projeto específico almejamos investigar a atuação da Igreja Católica no Estado paraibano sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, em face da Ditadura instaurada no País em 1964, através de um golpe civil-militar.

Nos propomos a pesquisar o período dos "anos de chumbo" por ser essa a época mais tensa e repressora do Regime Militar brasileiro, no qual constata-se o recrudescimento da luta armada, das práticas de tortura e o aniquilamento dos focos de resistência pelo governo de Garrastazu Médici. Esta pesquisa se coloca no campo da Nova História Política e seu diálogo com a História Cultural. Além disso, utilizamos o conceito de cultura política por entender que ele nos auxilia na compreensão da realidade social, englobando as relações de poder com as relações sociais.

Nosso objetivo é analisar o comportamento da ala progressista da Igreja Católica em relação a Ditadura no Estado paraibano. Buscamos também explanar os principais aspectos dos "anos de chumbo", situando o Estado na conjuntura nacional, e ressaltando os efeitos nefastos do Ato Institucional n°5. Depois de um ano de pesquisa chegamos à conclusão de que houve atritos e perseguição de membros da Igreja Católica pelos agentes da repressão.

[1]Graduanda em História -Bolsista PIBIC/Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
[2] Departamento de História/Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em contrapartida, percebemos que a acomodação e o apoio ao Regime Militar estava presente em alguns segmentos da sociedade, como nas classes alta e média, haja vista que o chamado "milagre econômico" favoreceu consideravelmente a essa camada da população, sendo também utilizado para legitimar o governo dos militares.

Antes de adentrar na temática do projeto, faz-se necessário uma breve contextualização histórica do que representou à Ditadura Militar na Paraíba e as vicissitudes que decorreram deste sistema de governo, a partir do golpe de 1964 até a fase de distensão política realizada por iniciativa dos próprios militares durante o Governo de Ernesto Geisel.

No princípio, com a implantação do golpe civil e militar em 31 de março de 1964, tivemos a legitimação da maior parte da sociedade civil paraibana ao regime instaurado. Em contrapartida, o movimento estudantil, a organização dos trabalhadores e setores da imprensa foram perseguidos e reprimidos por membros vinculados a nova ordem política, em virtude de terem adotado posição de resistência.

No campo político, a última eleição direta do Estado ocorreu em 1965, na qual pleiteava o cargo de governador, por um lado, o udenista João Agripino Filho, tendo como vice o ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral. Por outro lado, o pessedista Rui Carneiro, com Argemiro de Figueiredo de vice. O êxito de Agripino no escrutínio consagrou-o como a liderança política mais forte do Estado.

Subsequentemente, com a decretação do Ato Institucional n°2, pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em 27 de outubro de 1965, houve uma mudança significativa no processo eleitoral. Tendo em vista que tivemos a extinção do pluripartidarismo, que foi substituído pelo bipartidarismo, destarte, ocorreu a criação de dois partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro era o partido da situação, aqui no Estado compôs o quadro dessa organização política antigos membros da UDN, PDC, PL, PSP, e, em menor grau, dissidências do PSD, PTB, PSB e PR. (NUNES, 2012)

No caso do MDB, partido de oposição, o que na prática representava uma "oposição consentida", foi composto sobretudo por membros oriundos do antigo PSD e PTB. Diante dessa situação, podemos perceber que às rivalidades políticas entre esses dois partidos, durante o Regime Militar na Paraíba, em regra, ficava restrito ao âmbito local, isto é, apesar do MDB ter sido criado para ser um partido de contraste ao da situação, não havia ataques contundentes de parlamentares locais ao Governo Federal, até porque os poucos que ousaram adotar uma postura de radicalidade em contraposição aos ideais da nova ordem política acabaram tendo seus mandatos cassados[3].

Segundo Monique Cittadino (1999, p.118), *"O MDB paraibano assumiu uma posição de apoio à política estabelecida pelo Executivo Federal, chegando a referendar diversas medidas adotadas pelo regime militar".* É importante destacar que durante a Ditadura, no que concerne aos momentos de eleição, os candidatos da ARENA, até o ano de 1978, ganharam amplamente as disputas, mesmo no caso peculiar da vitória de Rui Carneiro, membro do MDB, para o Senado, em 1966 e 1974, esse fato não representou um real recrudescimento das forças de oposição contra o regime vigente.

Todavia, para José Octávio de Arruda Mello (1999 apud NUNES, 2012), em alguns momentos do período inicial do pós-golpe, parlamentares do MDB, como: Argemiro de Figueiredo, Osmar de Aquino, Humberto Lucena e Miranda Freire, proferiram críticas sutis ao novo regime político, sobretudo no tocante à falta de democracia. E, posteriormente, no período da "distensão", pronunciamentos mais agressivos surgiram de vozes ligadas ao partido oposicionista.

[3] Cf. NUNES, Paulo Giovani Antonino."Cassações de mandatos parlamentares durante a ditadura militar: o caso do Estado da Paraíba". (mimeog.)

No tocante a conjuntura do Estado à época dos militares, a Paraíba vivenciou um processo de modernização em sua economia, além de ter passado por transformações na sua estrutura administrativa. Essas vicissitudes foram iniciadas durante o mandato de Pedro Gondim e, estendeu-se, até o governo de Wilson Braga na década de 1980. Segundo Nunes (2012), a política desenvolvimentista durante o Regime Militar era considerada uma das bases fundamentais para a segurança nacional.

Sobre o processo eleitoral e político, é fulcral destacar que com a eleição de 1965, na qual João Agripino consolidou-se como a liderança mais forte do Estado, só houve a retomada da eleição direta para governador novamente em 1982. E nesse interregno, foram eleitos governadores por via indireta os seguintes políticos: Ernani Ayres Sátyro e Sousa, em 1970; Ivan Bichara Sobreira, em 1974[4]; e Tarcísio Burity, em 1978. Todos esses partidários da ARENA.

Feita essa sucinta explanação sobre o contexto político da Paraíba durante o Regime Militar, que é importante para se compreender o período, saliento que essa pesquisa tem como escopo analisar a atuação da Igreja Católica na Paraíba, durante os "anos de chumbo" (1969-1974). Visando compreender como a Ala progressista da Igreja se comportou diante do regime de exceção. Essa pesquisa se justifica pela necessidade de entender este período da história paraibana, praticamente ainda não abordada pela historiografia. Sendo de suma importância constatar empiricamente as peculiaridades dos efeitos do Regime Militar na Paraíba.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nosso trabalho parte do ponto de vista da história política, nos moldes recentes da historiografia, como foi bem elucidado na obra coletiva publicada sob a direção de René Rémond, *"Por uma História Política"*. Todavia, antes de adentrar nessa nova perspectiva, faz-se necessário descrever brevemente a evolução histórica desse campo de estudo.

Segundo Falcon, apud Nunes (2012) a história política tradicional, factual, individualista, idealista, surgiu com os gregos na Antiguidade Clássica, e sua essência perpassou o período Medieval, Moderno e Contemporâneo, tendo o seu auge no século XIX, fomentada pela historiografia metódica. Esse tipo de história tradicional dá ênfase a elite governante, aos grandes líderes, as monarquias, o aparelho estatal, excluindo assim, a miríade da massa social.

A história política prosperou entre os séculos XIV e XX sobretudo por dois fatores: primeiro, pela sociedade do *ancien régime*, posteriormente, devido a sociedade burguesa que se sobressaiu da Revolução Francesa. O fazer história nesse período significava adentrar no seio aristocrático e da elite, buscar sua grandeza histórica no meio da nobreza.[5] A partir de meados do século XVIII até a primeira metade do XIX, os dois movimentos proeminentes em voga, a saber, a Ilustração e o Romantismo, promoveram a importância do fator político na história:

> A promoção do Estado à condição de 'objeto por excelência da produção histórica' significou a hegemonia da história política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes; os 'acontecimentos' são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos de atenção dos historiadores. (FALCON, 1997, p.65)

No início do século XX, a história política tradicional permaneceu dominante, assim como a historiografia metódica ou positivista. Somente a partir de 1929/1930 é possível

[4] O vice-governador Dorgival Terceiro Neto é quem concluiu o mandato de Ivan Bichara.

[5] Ver LE GOFF, Jacques. "A política será ainda a ossatura da História?". In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edição 70, 1983, p. 225.

verificar o declínio do político na História[6]. Em virtude das críticas contundentes à qual foi acometida, que surgiram da *École des Annales,* do marxismo, estruturalismo, quantitativismo, etc. Em suma, novas correntes historiográficas emergiram contra a predominância do aspecto político.

Sobre isso, disse Rémond (1996, p.15): *"Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu e fez-se uma revolução na distribuição do interesse".* Esse novo olhar sobre a história significou que, a partir de então, deslocou-se a atenção do fator político para dá primazia aos aspectos econômicos e sociais. O enfoque do historiador voltou-se para a sociedade em seus diversos aspectos, em detrimento ao Estado.

A revista *Annales d'histoire économique et sociale* foi indubitavelmente a que mais contribuiu para o descrédito da história política. Considerava execrável a tríade composta pela história política, narrativa e acontecimental. Tachando-a de falsa-história, pois ocupava-se apenas da margem dos fatos, sendo superficial e barata. Em substituição ao paradigma do político, preconizava uma perspectiva histórica mais totalizante, que abarcasse o aspecto econômico e social, almejando assim, uma história em profundidade.[7]

Passados tempos obscuros para a história política, esta retornou gradualmente para o proscênio da ciência. Tendo sido escorraçada para segundo plano pelas ciências sociais, a política ressurgiu como uma fênix na história. Nesta nova fase, a história política apresenta-se em outros moldes, renovada sobre seu objeto de estudo, procura então fazer uma história mais global, em diálogo com outros campos do conhecimento, buscando assim, a profundidade e a transdisciplinaridade. Para Jacques Le Goff (1983), essa nova história política mostra-se dedicada à análise social, as estruturas, a sociologia e ao estudo do poder. Sendo assim, muito diferente da antiga concepção de história política.

Há umas três décadas, de acordo com René Rémond (1996), podemos observar o retorno de uma história política renovada, com embasamento na interdisciplinaridade e composta por elementos que visam a expansão do contexto social. Essa volta do político se deve em parte pela ampliação que a política passou a ter na sociedade atual, além de que, o aspecto econômico não conseguiu explicar por si só determinadas circunstâncias históricas.

Essa renovação do político é produto tanto de uma pressão externa, quanto da reflexão crítica de vários intelectuais – não apenas de historiadores – que enxergaram no político um importante elemento para a compreensão da sociedade. Em suma, o processo de renovação foi algo provocado. Dessa forma, fazendo justiça a geração que redescobriu a importância da história política, destacam-se os seguintes intelectuais: Charles Seignobos, André Siegfried, Albert Thibaudet, Georges Weill, Marcel Prélot e Jean-Jacques Chevallier.[8]

Pierre Rosanvallon, ao escrever sobre o político[9], afirmou que o objetivo da história conceitual do político é entender a composição e evolução das "racionalidades políticas", ou seja, dos mecanismos de representações que comandam a forma pela qual um período, uma nação ou grupos sociais conduzem sua ação e delineiam seu futuro. O político, portanto, "é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma". (ROSANVALLON apud BORGES, 1991/2, p. 15)

Para Jacques Julliard (1995) em *História: novas abordagens,* ao tratar sobre a importância da política na contemporaneidade, destaca que o historiador político deve cada vez mais ater-se ao *longo prazo,* dessa forma, a temporalidade em que trabalha tem que ser

---

[6] FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 68.
[7] LE GOFF, 1983, p. 226-7.
[8] Cf. RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV,1996.
[9] Cf. ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo, Alameda, 2010, p. 67-101.

encarada não apenas pelo ângulo da ruptura, mas também da permanência. Sobre isso, utilizamos o conceito de cultura política para compreender certos elementos da sociedade brasileira que não ficam restritos ao período do Regime Militar. Vale salientar que Julliard mantém uma posição crítica ao modelo da história política tradicional, e o seu pensamento contribuiu para o debate historiográfico referente a essa temática, ao indicar como a política pode ser tratada pela história de uma forma diferente da abordagem tradicional. Buscando "relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total"[10].

No cenário brasileiro, no que concerne a produção histórica, podemos verificar que o ano de 1970 representou uma nova fase para a história política. De acordo com Francisco Falcon, antes dessa data predominava o modelo de história política tradicional enquanto campo de pesquisa e ensino. Todavia, a partir de 1970, o cenário do campo historiográfico começou a transformar-se paulatinamente, surgindo contestações acerca desse tipo de história tradicional, por meio de diversos intelectuais e algumas academias.[11]

Vale ressaltar que, devido a hegemonia da história política tradicional no ensino de história do Brasil durante tanto tempo, podemos identificar vestígios desse modelo arraigado nas escolas até os dias atuais. No tocante a ênfase do papel do Estado e dos grandes homens no processo histórico, além do caráter narrativo e eminentemente factual. Segundo Vavy Pacheco, é grande ainda o número de pessoas presas a uma concepção de história narrativa de "grandes feitos, grandes datas e grandes figuras". Sendo esse o modelo de história que predomina no senso comum.[12]

Em resumo, nosso trabalho se baseia nessa perspectiva teórica de uma história política renovada, que apresenta necessidade de uma problemática, no caso específico, estamos perscrutando o comportamento de uma parcela da sociedade civil paraibana na temporalidade dos *"anos de chumbo"*, visando explicar as mudanças em profundidade.

Além disso, o aspecto político auxilia-nos na compreensão e análise dos fatos sociais. Haja vista que o conceito de história política não se reduz mais ao aparelho estatal como era em tempos de outrora. Como Georges Balandier, pensamos que a história política hoje tem um papel fulcral na ciência, que se apresenta na contribuição "à interpretação global da mudança"[13]. René Rémond, por sua vez, ao escrever sobre essa nova história, afirmou que:

> Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. (RÉMOND, 1996, p.36)

A partir do contexto da história política renovada e seu diálogo com a história cultural, utilizamos o conceito de "cultura política" na definição feita pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que define como:

> Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionadores ao futuro. (MOTTA, 2009, p.21)

---

[10] Ver JULLIARD, Jacques. "A Política". In Jacques Le Goff e Pierre Nora. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 180-196.

[11] Cf. FALCON, 1997, p. 8

[12] Sobre o latente dinanismo da reflexão sobre o político na historiografia, mantendo laços com os movimentos sociais e com uma crescente interdisciplinaridade, ver o artigo de: BORGES, Vavy Pacheco."História e política: laços permanentes". **In Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, n°23/24, 1991/2, pp. 7-18.

[13] Cf. JULLIARD, Jacques. A Política. In Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 193.

De acordo com Serge Berstein (1998), a evocação da cultura política inscreve-se na renovação da história política, operada sob a inspiração de Rémond. É nesse contexto de investigação histórica que surgiu o conceito de cultura política como sendo um fenômeno que visa oferecer respostas mais satisfatórias a sociedade em face aos grandes problemas e crises da história.[14] Esse conceito, que está posto entre a história política e a história cultural, têm como escopo tentar explicar os comportamentos políticos e "as motivações dos atos dos homens num momento da sua história".

Para Ângela de Castro Gomes (2005, p.29), o conceito de cultura política pode ser entendido como *"um conjunto de orientações - abarcando crenças, valores e sentimentos –, que atua sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos"*. Portanto, a cultura política auxilia-nos na compreensão da realidade social, englobando as relações de poder com as relações sociais. A referida autora salienta ainda que:

> O conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado (...) Estudar uma cultura política é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais. (GOMES, 2005, p. 33)

Compreendemos assim, que esse conceito serve para entender determinados elementos arraigados na cultura política brasileira nos quais perpassam o golpe de Estado de 1964, por exemplo, o descompromisso com o ideal da democracia e o exercício de um governo que utiliza-se do autoritarismo e tolhe a liberdade de expressão.

A IGREJA CATÓLICA

A ideia do tema surgiu durante o Plano do Projeto de Iniciação Científica, intitulado "*A sociedade civil e a ditadura militar na Paraíba: Trabalhadores, estudantes e Igreja (1969-1974)*" , e no decorrer de um ano de pesquisa, encontrei uma vasta documentação acerca da Igreja Católica na Paraíba, o qual não pude inserir no relatório final do PIBIC, em virtude do espaço limitado. Diante disso, resolvi aprofundar o estudo sobre a referida temática.

Além disso, logo após a conclusão desse projeto, a Comissão Nacional da Verdade disponibilizou para a Comissão seccional paraibana documentos inéditos acerca da Igreja que estão à espera de pesquisadores dispostos a estudá-los. Em suma, o somatório da temática atrativa, da miríade de documentação e da relevância história dessa instituição religiosa, fizeram com que eu escolhesse pesquisar sobre a relação entre a Igreja Católica na Paraíba em face do Regime Militar, durante os *anos de chumbo.*

O Arcebispo da Paraíba na época, Dom José Maria Pires, é um personagem de suma importância nesse contexto histórico, tendo em vista que proferiu publicamente críticas contundentes ao Governo Militar. Filiando-se na defesa dos pobres e oprimidos. Sendo um líder religioso ativo que se envolveu em diversos conflitos de terras que houve no campo, sempre estando no lado dos trabalhadores rurais em detrimento aos interesses dos latifundiários e do governo.

Diante de sua atuação eficaz nos meios populares, de seu engajamento político em áreas rurais em defesa dos camponeses, denunciando a concentração de terras, o latifúndio, a opressão dos pobres, algumas lideranças políticas do Estado e membros da classe latifundiária se desagradaram com esse modelo da *Igreja Viva*, no que implicou na perseguição de alguns agentes pastorais. No Estado paraibano houve perseguição de agentes do governo a membros

[14]Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-363.

da Igreja Católica, geralmente acusados de subversão e comunistas. Os alvos da repressão eram em regra aqueles que se envolveram na assistência aos trabalhadores.

Dentre os clérigos mais visados pelos órgãos de informação estavam os missionários estrangeiros. Sob esse aspecto, um caso bastante emblemático foi o do Frei Hermano José Cürten, que fora preso em meados da década de 1970, dentre as acusações, consta o de ser comunista e subversivo. Dom José Maria Pires, na sua terceira carta pastoral, aborda os problemas do campo, e sobre esse episódio escreveu o seguinte:

> Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. **Acusaram-no "de estar pregando a violência, levando o povo a fazer greve, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba**". Advertiram-no de não continuar seu trabalho junto aos camponeses. E o ameaçaram de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do País. (PIRES, 1975)

Outro caso de atrito entre membros da Igreja no Estado com os militares ocorreu em 1972, quando o Bispo diocesano de Campina Grande (CG), Dom Manuel Pereira da Costa, foi proibido de entrar no teatro municipal por ordem do Comandante da 5ª Cia. de Infantaria de CG. Sobre esse episódio, o vereador Rildo Fernandes, da Câmara municipal da cidade, saiu em defesa do religioso[15]. Dom Manuel Pereira, por sua vez, comunicou ao General do 7° Regimento Militar de Pernambuco o acontecido:

> Peço vênia a V. Excia. Para fazer-lhe uma **reclamação contra o comportamento violento e arbitrário do Comandante da 5ª Cia. De Infantaria de Campina Grande, Major Antônio Paulo Câmara.** Fui convidado pela Universidade Regional do Nordeste Ofício 156/72 GR de 28 de março de 1972, para uma sessão solene a se realizar, de portas abertas ao público, que, inclusive, foi convocado pela imprensa escrita e falada. No momento em que ia entrando no recinto do Teatro Municipal da cidade, fui impedido de fazê-lo por um emissário do Comandante, que se declarou da Polícia Federal, alegando, mais de uma vez que, se eu era o Bispo, estava proibido de comparecer àquela sessão pública com que a Universidade comemorava "o transcurso da Revolução Democrática de março de 1974" (...) **venho pedir justiça e reparo de meus direitos lesados.** (PEREIRA, Dom Manuel. Carta datada em 29/03/1972) [16]

Portanto, Dom José Maria Pires foi um líder religioso que não se limitou a ficar restrito ao ambiente do Palácio do Bispo, sede oficial do Arcebispo da Paraíba, como o fizeram seus antecessores, pelo contrário, ele se envolveu nos conflitos sociais que existiram na época do Regime Militar, sempre estando ao lado dos menos favorecidos, dos trabalhadores rurais, dos estudantes perseguidos. Em suma, manteve uma posição de defesa dos direitos humanos, de ajuda aos mais necessitados e de crítica as arbitrariedades cometidas pelo sistema. Não se calando diante das graves injustiças cometidas contra os trabalhadores.

Destarte, em vários momentos da história podemos observar atritos entre Dom José, por um lado, e os agentes do governo com o apoio da classe dominante, por outro. A título de exemplo, temos os conflitos rurais que houve nas Fazendas de Mucatu e Alagamar, na década de 1970. Dessa forma, podemos concluir que, mesmo o Arcebispo da Paraíba tendo uma postura de diálogo e não incitamento a violência contra a Ditadura, Dom José era considerado um desafeto dos militares em virtude das duras críticas que proferiu contra a ordem vigente.

---

[15] Cf. Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: discursos, 1972. (doc.Sem título).

[16] Cf. Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: Cartas pastorais, 29/03/1972.

A ação pastoral de Dom José, materializada a partir dos projetos *Igreja Viva*, *CEB's*, *Operação Gota d'água* e *Equipe de Promoção Humana*, este último, posteriormente deu lugar ao *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba*, em 1976. Todos esses órgãos tinham por escopo se envolver nos problemas vividos pelo povo paraibano. Refletiam a prática das resoluções conciliares. [17]

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAÚJO, Ricardo José Rufino de; SUASSUNA, Carla Guedes; VELÔSO, Ricardo Grisi; VIANA, Rejane Vieira. **Catálogo da produção intelectual de Dom José Maria Pires.** João Pessoa: UFPB, 1997.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-363.

BEZERRA, Jaqueline; BEZERRA, Lucilena; BRITO, Gilvanildo; FILHO, Antônio; SILVA, Iza Belarmino da; PEDROSA; Simone. **Catálogo:** Instrumento de Pesquisa dos documentos relativos à Ditadura Militar constantes no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. João Pessoa: UFPB/NDHIR, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de Hisória**. São Paulo: ANPUH, vol, N. 23/24, , p. 07-18.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar na Paraíba:** história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 51-124.

FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar". In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol 3), pp. 345-404.

[17] O Concílio Vaticano II, segundo o Papa João XXIII, tinha por finalidade a Igreja fazer uma autoavaliação e atualizar-se a temas inerentes da contemporaneidade, sua proposta era a de um *aggiornamento*. Esse evento teve uma forte influência na prática pastoral exercida por Dom José Maria Pires no Estado paraibano. Ele buscou colocar em ação as resoluções do Concílio, apresentando em seu ministério o modelo de uma Igreja atenta às questões sociais e mais aberta ao povo.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

_____. **O grande irmão:** da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 09-63.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensaio de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

LE GOFF, Jacques. "A política será ainda a ossatura da história?". In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, pp.221-242.

LUCCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orga.) **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução". In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol 3), pp.247-271.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História:** Novos Estudos, Belo Horizonte: Argumentum, 2009

NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe". **Revista Perspectiva Histórica**, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012, pp.37-62.

_____. As experiências da luta armada na Paraíba, In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras**: A desmesura do poder. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

_____. "Cassações de mandatos parlamentares durante a ditadura militar: o caso do Estado da Paraíba". mimeog.)

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação:** Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFPB, em 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

SILVA, Waldir Porfírio da. **A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969**. Monografia apresentada à Faculdade Paraibana (FAP). João Pessoa, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo, Alameda, 2010, p. 67-101.

VELÔSO, Ricardo Grisi. **As cartas pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. João Pessoa: UFPB, 1999.